

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060924-003 PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2024-PMA, INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS.

Pelo presente Instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Advocacia que entre si celebram de um lado O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o N° 05.105.127/0001-99, com sede na R. Siqueira Mendes, 1359 - Centro - Abaetetuba/PA - CEP 68440000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) FRANCINETI MARIA RODRIGUES CARVALHO, e do outro a MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº 35.542.612/0001-90, com sede na Rua Eng. Oscar Ferreira, Nº 47, Recife/PE, CEP 52.061-020, com endereço Forte. eletrônico monteiro@monteiro.adv.br, neste ato representado pelo seu sócio BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PE sob o Nº 11.338, doravante denominada CONTRATADA, conforme as cláusulas e condições elencadas: seguir

<u>CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</u>

O presente ajuste tem por base às disposições constitucionais atinentes à Contratações realizadas pela Administração Pública, especialmente o art. 37 da CF/1998, além das disposições insertas na Lei Nº 14.133/2021.

<u>CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL</u>

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços jurídicos pela **CONTRATADA** em favor da **CONTRATANTE** visando o levantamento de dados e valores devidos pelo regime geral ao regime próprio, para fins de compensação de créditos previdenciários pelo sistema COMPREV, incluindo-se implementação, recuperação do estoque, treinamento de servidores e judicialização para ampliação do período prescricional e/ou dos critérios de correção/remuneração, bem como para pleito de eventuais indenizações pelo atraso das obrigações Federais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL



O presente instrumento contratual foi devidamente autorizado através de Procedimento de Inexigibilidade, em estrita conformidade com o prescrito no Art. 74, III, c, § 3°, da Lei N° 14.133/2021

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E HONORÁRIOS CONTRATUAIS

Em contraprestação aos seus serviços, a **CONTRATADA** fará jus ao pagamento de honorários contratuais em montante correspondente a R\$ 0,20 (vinte centavos de real) para cada R\$ 1,00 (um real) recuperado ao Erário Municipal.

- § 1º O pagamento dos honorários se dará na hipótese de efetiva recuperação de valores aos Cofres Municipais.
- § 2º Autoriza-se, desde já, o **destaque** dos honorários contratuais na hipótese de recebimento de valores através de Precatório e/ou RPV, na forma prescrita no art. 22, § 4º, da Lei Nº 8.906/1994.
- § 3º Estima-se que o valor total de recuperação em favor do Município é de R\$ 24.898.451,81 (vinte e quatro milhões oitocentos e noventa e oito mil quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos), representando os honorários contratuais o montante estimado de R\$ 4.979.690,36 (quatro milhões novecentos e setenta e nove mil seiscentos e noventa reais e trinta e seis centavos).
- **§ 4º** Os valores mencionados no parágrafo anterior são meramente estimativos, restando sua fixação final a partir da fase de liquidação/cumprimento de sentença.
- § 5º Os honorários de sucumbência eventualmente arbitrados são devidos à **CONTRATADA**, não havendo qualquer ingerência da **CONTRATANTE** sobre os mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Obriga-se a **CONTRATANTE** a:

- 1 Fornecer à **CONTRATADA** os documentos e informações necessários para a execução do objeto descrito na **CLÁUSULA SEGUNDA**.
- 2 Outorgar à **CONTRATADA**, no ato da assinatura do presente instrumento contratual, do instrumento de mandato com os poderes da cláusula *ad judicia*.



CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obriga-se a CONTRATADA a:

- 1 Realizar os serviços previstos neste Instrumento Contratual, acompanhando-os até final instância, efetivando todas as providências processuais e/ou administrativas previstas no ordenamento jurídico.
- 2 Manter sigilo em face de todas as informações e dados que tiver acesso relativos à **CONTRATANTE**
- 3 Em sendo o caso, indicar terceiro idôneos para a realização de serviço que exijam habilitação legal específica e sob sua exclusiva responsabilidade.
- 4 Informar todos os procedimentos necessários para a implementação das decisões que venham a ser proferidas.
- 5 Remeter, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, relatório detalhado e atualizado das medidas interpostas e providências realizadas.
- 6 Manter as condições de regularidade durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXCLUSIVIDADE

Este Contrato não importa em exclusividade na prestação de serviços por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso haja descumprimento de qualquer de suas cláusulas, bem como diante das hipóteses previstas no Art. 104 da Lei Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Instrumento Contratual será por escopo, com vigência de 12 (doze) meses contados de sua assinatura e possibilidade prorrogação mediante termos aditivos, extinguindo-se, tão somente, com a conclusão do objeto e ingresso dos Recursos no



Erário Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO

Prefeitura Municipal

0606 Secretaria Municipal de Finanças

04.122.0405.2.010 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças.

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.

3.3.90.39.05 Serviços Técnicos Profissionais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Contrato obriga diretamente as partes e seus sucessores, aos quais serão transferidos os direitos e obrigações ora estipulados.

O presente Contrato poderá ser modificado, alterado ou aditado, através de documento escrito, devidamente subscrito pelas partes contratantes.

O presente contrato, com natureza de título executivo extrajudicial, nos termos dos Arts. 781 e 784, inciso II do Código de Processo Civil, obriga as partes e também seus sucessores eletivos em todas as obrigações aqui assumidas.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO</u>

As partes elegem o Foro da Comarca de Abaetetuba/PA, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou divergências que porventura venham a ocorrer em virtude do cumprimento do presente contrato, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

E por estarem assim justas e acordes, assinam as partes este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais e administrativos.

ABAETETUBA – PA, 06 de setembro de 2024.

MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PA FRANCINETI MARIA RODRIGUES CARVALHO



MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

Nome:
nome.
CPF: